



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jaime Bagattoli

REQUERIMENTO Nº DE - CRA

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater com o atual e ex-presidentes e coordenadores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a percepção destes sobre a Política Nacional da Reforma Agrária e colher propostas de melhorias na gestão do programa.

Para o debate, sugerimos que sejam convidados:

Sr. César Aldrighi (Atual Presidente do Incra);

Sr. Geraldo Melo (Ex-Presidente do Incra);

Sr. Xico Graziano (Ex-Presidente do Incra);

Sr. Assis Canuto (ex - Coordenador regional do Incra para a Amazônia Ocidental nos anos 1970, engenheiro-agrônomo e ex-deputado federal).

JUSTIFICAÇÃO

A presente audiência pública insere-se nas atividades do Plano de Trabalho de Avaliação da Política Nacional da Reforma Agrária (PNRA), aprovado nesta Comissão, do qual sou Relator. A avaliação, que ocorre em 2025, visa trazer ao conhecimento público dados concretos sobre o PNRA, analisar sua eficiência e propor aprimoramentos. Esta audiência está prevista no cronograma de atividades,



com o tema "Percepção de ex-presidentes e do atual dirigente do Incra sobre PNRA".

A PNRA foi instituída por um conjunto de normas constitucionais, leis e decretos, com foco nas etapas de implantação, desenvolvimento e consolidação de assentamentos, dispostos pelos artigos 184, 186 e 188 da Constituição Federal, pela Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 (Lei da Reforma Agrária) e Leis nº 11.952, de 25 de junho de 2009, e 13.465, de 11 de julho de 2017 (Regularização Fundiária).

No entanto, a efetividade desta política pública está em xeque. Auditorias recentes de órgãos de controle, como TCU e CGU, apontam falhas severas na implementação e consolidação dos assentamentos rurais. O Tribunal de Contas da União (TCU), por exemplo, identificou mais de 205 mil lotes vagos em projetos de reforma agrária e 580 mil beneficiários com indícios de irregularidades.

Um relatório da Controladoria-Geral da União (CGU) aponta que, dos assentamentos criados desde 1975, apenas 6% foram consolidados, deixando mais de 907 mil famílias em situação de vulnerabilidade. O governo federal tem priorizado a expansão de novos assentamentos em detrimento da melhoria dos já existentes.

Diante deste cenário, é fundamental ouvir aqueles que estiveram no comando do órgão executor da política para compreender os entraves históricos e atuais e debater propostas efetivas de melhoria na gestão. A experiência do Sr. Assis Canuto, com sua vivência histórica na Amazônia e legislativa, certamente enriquecerá o debate sobre os rumos da reforma agrária no país.

Sala da Comissão, 24 de setembro de 2025.

Senador Jaime Bagattoli
(PL - RO)

